NOTÍCIAS AFRICANAS 47

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 7 A 20 DE FEVEREIRO DE 1994

• Dispersão dos opositores pode beneficiar Nino Vieira 2

• Chefe do Estado Maior angolano crê que a guerra ainda durará muito tempo 2

• "Se soubesse o que sei hoje, não teria ido para a luta" 3

• O país que precisa de tudo 4

• O que se está a fazer 5

• Comunidade é culpada de alguns atrasos 6

• Quem compra Moçambique por um preço mais baixo 7

• Formação profissional nos Palop 7

• ANC rumo a uma economia social-democrata 8

• Eleições: Portugal ajuda África do Sul 8

• África do Sul suspensa do Inkatha 9

• Dez razões para ter esperança 10

• O negócio das bolsas... de estudo 10

• Eleições adiadas na Guiné 11

• Fronteiras do pânico na África do Sul 12

• Um ANC à americana 12

• Inkatha continua renitente 13

• Robert Mugabe vira-se para ANC 13

• O Lesoto poderá vir a ser absorvido 14

• Trégua em Maseru e frustração em Joanesburgo 14

ÁFRICA DO SUL

Pragmatismo redefine alianças

A cisão da direita branca sul-africana agrupada na Aliança pela Liberdade é o sinal mais fiel do quadro de indefinição na África do Sul. Embora existam evidências apontando avanços, as negociações ainda estão em andamento e não é possível montar um cenário inteiramente conclusivo. De qualquer maneira, as análises prevendo o caos não parecem ter fundamento, pois exigem do processo de paz uma rapidez incompatível com a complexidade da sociedade sul-africana. A violência e a instabilidade sul-africanas são próprias de um passado recente marcado pela opressão e pelo medo. Tais características não tornam inevitável o fracasso do processo de paz.

A adesão do bantustão Ciskei ao processo eleitoral, ingressando inclusive no Conselho Executivo de Transição (CET), é uma prova das fortes pressões a que estão submetidas as forças de direita e da – antes inimaginável – frágil coesão de suas organizações. Apesar de ainda não ter conseguido cooptar inteiramente os membros da Aliança pela Liberdade, o diálogo proposto pelo ANC minou a unidade dos direitistas.

A Frente do Povo Africâner, liderada pelo general Constand Viljoen, também decidiu aderir ao processo eleitoral. Junto com a defecção do Ciskei, esse é o mais forte abalo na Aliança pela Liberdade. No final de janeiro, Viljoen foi objeto de apupos de militantes do Movimento de Resistência Africâner (AWB), guiados pelo líder neonazista Eugene Terre Blanche. Esse episódio inusitado mostra o grau de fracionamento da direita branca. Embora o AWB não seja parte da Aliança pela Liberdade, hostilidades entre direita e extrema-direita são bastante incomuns.

Mesmo a quase solitária repulsa do Inkatha às eleições de 27 de abril de 1994 parece não ser mais tão sólida. Há um movimento sutilmente dissidente no interior do movimento pregando a adesão ao processo eleitoral. No entanto, a possibilidade de participação do Inkatha no pleito é das menos prováveis, pois os altos índices de apoio zulu alcançado pelo ANC revelariam – realizadas as eleições – a fragilidade popular do Inkatha. Seria uma atitude quase suicida coerente com a grandiloqüência de Buthelezi, sempre pronto a afirmar a fidelidade e grandeza da base do Inkatha, em contraste com a realidade bem menos favorável ao Inkatha.

Enquanto os conservadores brancos e negros hesitam diante das eleições, o Congresso Pan-Africano (PAC) movimenta-se para uma posição mais flexível, após o anúncio do fim da luta armada empreendida pelo braço armado do movimento, o Apla. Não obstante esteja obtendo irrisórios índices de aceitação eleitoral, a presença do PAC é importante para legitimar o processo de paz. Aparentemente, negociações entabuladas pela juventude radical do ANC – núcleo simpático ao PAC no interior do ANC – e a perspectiva de arrasadora vitória do ANC arrefeceram o radicalismo do PAC.

Fatores relacionados com a geopolítica da África Austral podem ter também contribuído para o discurso menos belicoso do PAC. Robert Mugabe, presidente do Zimbábue, tradicional aliado desse movimento, após ter durante anos oferecido apoio logístico e material ao movimento de extrema-esquerda, retirou parte dos privilégios antes franqueados, sinalizando uma aproximação com o ANC. Da mesma forma, o governo da Tanzânia cortou o apoio ao Apla e, imbuído de alta dose de pragmatismo, manifesta agora simpatia pelas teses do ANC. Sobretudo no caso do Zimbábue, país dependente da África do Sul, o pragmatismo parece ter ditado as opções partidárias quanto à África do Sul.

Roquinaldo Amaral Ferreira

Primeiras eleições democráticas na Guiné-Bissau

Dispersão dos opositores pode beneficiar Nino Vieira

PÚBLICO, 26 1 94

António Soares Lopes, em Bissau

Sete listas de candidatos para as legislativas e seis nomes para as presidenciais é o que os guineenses actualmente enfrentam, quando se preparam para daqui a dois meses ir às urnas, nas suas primeiras eleições pluralistas. A dispersão dos opositores pode vir a beneficiar o actual poder. A última novidade em cena é um homem de negócios de 64 anos.

As primeiras eleições democráticas na Guiné-Bissau, marcadas para 27 de Março, tanto as legislativas como as presidenciais, mobilizaram os 12 partidos políticos, que embora dispondo de parcos meios financeiros alargaram já as suas actividades um pouco por todo o país, em jeito de pré-campanha.

Falhadas as tentativas para uma ampla unidade da oposição, no estilo cabo-verdeano de finais de 1990, surgiram duas coligações para as legislativas: a Unido, congregando quatro partidos, incluindo o da Convergência Democrática, de Vitor Mandinga, e a Força do Povo, com três outros partidos, um dos quais o da Renovação e Desenvolvimento, de João da Costa. E à margem dela mantiveram-se entidades como o Movimento Bafatá.

No entanto, nos últimos dias as atenções voltaram-se sobretudo para as eleições presidenciais, perfilando-se seis candidatos, incluindo o actual Chefe de Estado, João Bernardo Vieira, "Nino", que ontem anunciou publicamente desejar ver renovado o seu mandato com o apoio do PAIGC.

Outras cinco formações partidárias têm os seus próprios candidatos à Presidência: o Partido Unido Social Democrata (PUSD), Vitor Saúde Maria, o Partido da Renovação e Desenvolvimento, João da Costa, o Movimento Bafatá, Domingos Fernandes Gomes, o Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Yalá, e desde esta semana o Partido da Convergência Democrática (PCD), o independente Carlos Domingos Gomes.

Embora subsistam dúvidas quanto à realização das eleições na data prevista, nos meios políticos começa a acreditar-se que "Nino" Vieira está decidido a não fazer novos adiamentos. [E algumas forças da oposição receiam agora que se vá mesmo para as urnas sem todos os preparativos estarem devidamente feitos. Por outro lado, parece evidente que a fragmentação dos opositores torna mais difícil a tarefa dos que sonham com a mudança do regime e o fim do consulado de Nino Vieira.]

Um empresário de sucesso

O último dos candidatos anunciados, Carlos Gomes, vulgarmente conhecido por "Cadogo", é uma figura popular, de 64 anos, muito activa no mundo empresarial há cerca de duas décadas. Durante 16 anos foi vereador, primeiro na câmara municipal de Bolama e depois na de Bissau. Em 1974 tornou-se presidente da Associação Comercial e da Indústria e hoje é presidente da assembleia-geral da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura.

Carlos Gomes vinha recebendo nos últimos anos convites de partidos para desempenhar um papel mais activo no processo em curso. O próprio PAIGC conseguiu convencê-lo a integrar a sua direcção política, após o último congresso. Mas foi sol de pouca dura. Bastou um ano para pedir a desvinculação, alegando "ambiente impróprio" e discordância com a linha política seguida pela direcção. Ultimamente foi convidado a integrar a lista dos deputados do PAIGC, o que recusou alegando ter outros projectos políticos.

Na primeira entrevista após o anúncio da sua candidatura, Cadogo explicou ao PÚBLICO ter entrado em rotura com o PAIGC ao aperceber-se da forma incorrecta como a revisão da Constituição da República foi tratada. Esclareceu que a Constituição tal como se apresenta não oferece garantias ao cidadão e por isso defende que o primeiro acto do novo parlamento livremente eleito seja o da revisão constitucional.

Mas o que mais pesou na decisão de se candidatar foi o chamado caso 17 de Março, que classifica de uma autêntica farsa com vítimas, sendo uma delas mortal. "Temos de mudar radicalmente o país, restituí-lo do capital mais importante que é a honestidade e a justiça social", argumenta, precisando que é hora de acabar com o sentimento de incerteza, desconfiança, prisões arbitrárias e mortes. Na sua análise, considera que a premissa para se chegar a este estado passa necessariamente pelo entendimento das forças da oposição, que devem pôr-se de acordo para haver mudança.

Sobre os seus propósitos para as presidenciais, Carlos Gomes diz não lutar contra ninguém, mas porque considera que o país precisa dele e está disposto a bater-se contra seja quem for. Afirma que vai abdicar da actividade comercial em favor dos filhos, para se dedicar exclusivamente à nação. Acha que o partido no poder deveria desistir da candidatura de "Nino" Vieira, figura que pelo seu passado "merece ser poupada, mantendo a dignidade e o estatuto próprios de um estadista". Entretanto, revelou ao PÚBLICO que mantém boas relações com o Presidente e que em todas as situações difíceis procurou sempre colaborar com opiniões construtivas e de interesse nacional. Exemplificou com os bons ofícios prestados quando das alegadas tentativas de golpe de estado que envolveram sucessivamente personalidades como o ex-primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, o malogrado vice-presidente Paulo Correia (condenado à morte e fuzilado) e mais recentemente o 17 de Março, cuja sentença será pronunciada em 4 de Fevereiro. "Tudo o que fiz, assim como a minha candidatura hoje, resulta da minha vontade de contribuir para que haja estabilidade social e respeito pelo homem na nossa terra", afirma, garantindo que com ele na Presidência a justiça terá significado e a corrupção vai acabar.

A política externa não é descurada por Carlos Gomes, defensor de um diálogo permanente com o mundo, "na base de transparência, vantagens mútuas e respeito pelos compromissos", defende as relações privilegiados com países vizinhos, Portugal, França e restantes países tradicionalmente parceiros da Guiné-Bissau e faz questão de particularizar o caso de Cabo Verde, que afirma ser um país amigo com o qual a Guiné-Bissau tem um passado comum que deve ser reflectido numa cooperação mutuamente vantajosa. ■

Chefe do Estado-Maior angolano crê que a guerra ainda durará muito tempo

PÚBLICO, 28 1 94

O CHEFE do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, declarou ontem em Luanda que a UNITA tem intensificado as suas acções, pelo que é "obrigado a pensar que a guerra ainda durará por muito mais tempo", razão pela qual preconiza o reforço das fileiras.

Ao falar na tomada de posse de 12 generais recentemente designados para novos cargos, João de Matos disse que a UNITA quer ocupar as cidades de Cuíto, Menongue, Malanje e Caxito, capitais das províncias de Bié, Cuando-Cubango, Malanje e Bengo.

Entretanto, o vice-presidente da UNITA, general António Dembo, afirmava, segundo a rádio daquele partido, que as forças governamentais lançaram uma ofensiva no Norte do país, contra as localidades que os rebeldes ocupam nas províncias de Uíje, Zaire e Bengo. Precisamente aquelas em que o Movimento para a Autodeterminação do Kongo (Mako) pretende agora "pegar em armas", se não for dada uma solução política às reivindicações de autonomia do povo bakongo.

Num comunicado datado de quarta-feira, o Mako disse que políticos da oposição de origem bakongo foram sequestrados e acusados pelo Governo de quererem dividir Angola. ■

Daniel Chipenda, político angolano, em entrevista ao PÚBLICO

"Se soubesse o que sei hoje, não teria ido para a luta"

PÚBLICO, 31.1.94

Jorge Heitor

Uma das figuras mais controversas da política angolana declarou ao PÚBLICO que o tempo mais importante da sua vida foi o da luta pela independência. Mas se soubesse que o MPLA iria degenerar naquilo em que hoje se transformou não teria, em 1962, abandonado a Universidade de Coimbra e ido para a guerrilha.

Daniel Júlio Chipenda, de 62 anos, que já por mais de uma vez entrou e saiu no MPLA, do qual chegou a ser vice-presidente, entende agora — no seu refúgio de Cascais — que o espírito pouco dialogante e "caduco" daquele partido é um dos obstáculos para a resolução dos problemas de Angola.

Julga impossível realizar-se nos tempos mais próximos a segunda volta das eleições presidenciais iniciadas em 1992 e preconiza um Governo de Transição, chefiado por um "homem de consenso", que trate durante alguns anos de recuperar o país. Governo aberto tanto à UNITA como a outras formações políticas e a personalidades da sociedade civil.

Em entrevista ao PÚBLICO, o antigo comandante da guerrilha na Frente Leste manifestou-se desiludido com o caminho tomado pelo partido governamental, definiu-se como independente, a quem ainda estará reservado um lugar-chave na política angolana, em cargo que não desejou pormenorizar, e manifestou interesse em conferenciar com Savimbi.

PÚBLICO — Como caracteriza a presente situação política em Angola?

DANIEL CHIPENDA — É de uma complexidade sem precedentes; porque fomos para as eleições sem acantonamento, sem desmobilização, sem formação de um Exército único e de uma polícia nacional. Deveria ter havido um período maior entre a assinatura da paz e a ida às urnas. Não houve o cumprimento dos acordos de Bicesse, pois eles não contemplavam só eleições. Havia etapas a percorrer e que não foram percorridas.

P. — De quem é a culpa de não haverem sido cumpridas as diversas etapas?

R. — A primeira culpa é que o povo angolano não foi ouvido. Puseram apenas em discussão os dois beligerantes e quer a UNITA quer o MPLA não detêm a maior parte da população. A comunidade internacional, designadamente Portugal, mais uma vez não quis de maneira nenhuma aprofundar o problema angolano. Os mesmos erros de Alvor foram cometidos em Bicesse, porque mais uma vez a sociedade civil não foi ouvida. Para aqueles que se consideravam os libertadores, a ideia de que outros participassem na resolução dos problemas nacionais era quase inconcebível. Esta psicose permanece ainda e enquanto não se demover tal mentalidade teremos muitos problemas. Dificilmente se poderá abrir a mentalidade dos dirigentes do MPLA.

P. — Há uma certa tendência em países africanos para os partidos que estão no poder não mais o quererem largar.

R. — Isso acontece não só na África mas em todos os países subdesenvolvidos, onde só vive quem está no poder.

P. — E em Lusaca vai ser difícil chegar-se a uma partilha do poder?

R. — Já em Março do ano passado, num memorando a José Eduardo dos Santos e a Jonas Savimbi, dizia que a guerra em Angola se deve a uma luta pelo poder. Enquanto não procurarmos aquilo que nos possa unir vamos ter dificuldades. Defendo um Governo de Transição. Pois se não ultrapassarmos a crise é uma catástrofe; não sei se a guerra não irá durar 100 anos.

Não interessa quem foi

P. — Por que é que se reacendeu a guerra depois das eleições?

R. — Não gostaria de dizer quem começou; não interessa isso. A verdade é que o povo está farto. A sociedade civil também deverá dar o seu parecer, pois a bipolarização não leva a parte nenhuma.

P. — Ainda está inserido na grande família do MPLA ou é completamente neutro?

R. — O papel histórico do MPLA foi ultrapassado. Não consegui que se adaptasse à realidade; e se lá continuasse teria hoje as mãos sujas, como outros têm. Assim, tenho as mãos limpas, mas o coração sangrento, pois o que se passa neste momento jamais me passou pela cabeça. Quando deixei a minha Universidade de Coimbra para ir lutar, se soubesse que isso aconteceria teria de pensar duas vezes, antes de sacrificar a minha vida toda.

P. — Savimbi apressou os acontecimentos, ao insistir em que as eleições se fizessem menos de dois anos após a conclusão dos acordos de Bicesse.

R. — Quanto a mim, um grande erro de Savimbi foi não ter aceite participar num governo de transição e deixar que as eleições fossem pura e simplesmente preparadas pela outra parte, que assim só não as ganhava se não quisesse.

P. — Não vê hipótese de uma segunda volta das presidenciais, dentro de uns sete ou oito meses?

R. — O povo está cansado e não voltaria agora às urnas, depois de tudo o que aconteceu. O que é preciso é o Governo de Transição que não se fez depois de Bicesse, com MPLA, UNITA e sociedade civil.

P. — Estaria disposto a conferenciar com Savimbi?

R. — Gostaria que ele concretizasse a vontade de contactos manifestada na alocução de Ano Novo, pois eu e Holden Roberto temos muito a dar, quer à UNITA quer ao MPLA. Savimbi sabe o que eu represento em Angola e registo a mensagem de simpatia que o mês passado me enviou, por ocasião da morte de minha mulher, Margarida Neves Chipenda, velha militante do MPLA, enquanto de José Eduardo dos Santos e do primeiro-ministro Marcolino Moco não tive qualquer palavra de pêsames. ■

Continua forte a guerra em Angola

PÚBLICO, 28.1.94

OS COMBATES entre as forças governamentais e a UNITA intensificaram-se durante o fim-de-semana no norte de Angola, onde aviões bombardearam diversas localidades que estavam em poder dos rebeldes, disse a rádio destes, a Vorgan. Mais de 70 soldados governamentais foram mortos na província do Bengo, que fica apenas a uns 70 quilómetros de Luanda, a capital do país, indicou a emissora, mantendo assim o tom que tem mantido pelo menos nos últimos oito dias. Por seu turno, o Exército governamental afirmou ter abatido 12 combatentes da UNITA nos recentes ataques à localidade de Chimbuandi, província de Cabinda, já perto da fronteira com o Zaire. E disse que centenas de naturais do território [que reivindica o direito à independência] têm estado a fugir tanto para o Zaire como para o Congo, o outro país que tem fronteira com o enclave. A direcção da UNITA deveria ter iniciado na penúltima semana uma reunião muito importante da sua direcção, a fim de avaliar os acontecimentos em curso, tanto no campo como à mesa das conversações. Mas por agora ainda se desconhecem as decisões a que chegou, e que eventualmente poderiam ir até ao ponto de suspender o diálogo que desde Novembro decorre em Lusaca, sem grandes resultados. ■

Organizações não governamentais a trabalhar em Moçambique queixam-se de burocracia e falta de apoio

O país que precisa de tudo

PÚBLICO, 27 1 94

António Marujo

Moçambique precisa de tudo. Para não repetir Angola, uma multidão de agentes envolveu-se no processo de pacificação nacional. Organizações não governamentais incluídas. O problema é que estas, as portuguesas, se queixam da falta de apoio do Estado. E dos atrasos burocráticos de Bruxelas. Pode ser fatal para a paz, avisam.

Há atrasos na ajuda concedida a Moçambique que podem comprometer a reconstrução do tecido social em algumas zonas ou afectar o desenvolvimento do processo de paz. O secretário de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, atribui a responsabilidade de alguns desses atrasos à burocracia comunitária (**ver entrevista**), mas manifesta-se optimista em relação ao evoluir da situação.

Menos optimistas estão algumas organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), que citam exemplos que não deixam margem para dúvidas sobre a lentidão com que a ajuda se processa.

Em Março do ano passado, o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) entregou na Secretaria de Estado da Cooperação (SEC) um pedido de financiamento do seu projecto, a comparticipar em grande parte por fundos comunitários. Em Julho — o prazo limite para comprar as sementes que deveriam ser plantadas em Setembro — a SEC comunicou ao CIDAC que a entrega do dinheiro por parte da Comunidade estava atrasada. Quando o dinheiro chegou, já se tinha perdido um ano no lançamento do programa e foi impossível aproveitar a feliz coincidência de, ao fim da guerra e consequente regresso das pessoas, ter sucedido o fim da seca.

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO CONCEDIDA PELO ESTADO PORTUGUÊS A MOÇAMBIQUE

REPARTIÇÃO SECTORIAL (1992)

Educação	779.970.000	Indústria	60.040.000
Saúde	69.120.000	Construção	27.380.000
Administração Pública	212.620.000	Actividade Bancária	286.020.000
Transportes	27.790.000	Turismo	42.370.000
Comunicações	117.470.000	Reescalonamento da Dívida Externa	19.629.790.000
Energia	73.870.000	Apoio aos Projectos das ONGD	4.130.000
Agricultura	137.360.000	Outros	679.760.000

VALORES TOTAIS		APOIOS ÀS ONGD	
1990	6.363.260.000	1990	18.370.000
1991	14.696.820.000	1991	9.750.000
1992	22.147.690.000	1992	4.130.000

Depois deste atraso, também as acções de repatriamento e reinstalação na mesma região — Angónia, província de Tete — estão a ser adiadas em relação aos objectivos políticos e das ONGD. Há poucos dias, um relatório recebido no CIDAC, de um responsável operacional no terreno, contava que a população esta a regressar em grande número às aldeias, por sua conta e risco, bem que estejam criadas as condições, previstas nos acordos de Roma, para a sua reinstalação.

Há um ano, as movimentações de pessoas excediam em muito as perspectivas mais optimistas. A atravessar a mesma fronteira da Angónia, vindas do Malawi, o ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) contava uma média de mil pessoas por dia. Um susto para os responsáveis internacionais pela reinstalação de pessoas e para qualquer calendário de paz e reconstrução nacional.

Em Roma, como complemento ao cessar-fogo entre a Frelimo e a Renamo, foram acordados três projectos globais para a reconstrução do país: programa eleitoral, reintegração das populações refugiadas e deslocadas e desmobilização e reinserção dos militares na vida civil.

Os três programas são a síntese de tudo o que Moçambique precisa. Desde logo, a tarefa gigantesca de reintegrar cerca de seis milhões e meio de refugiados e deslocados de guerra — quatro milhões de deslocados internos mais dois milhões e meio em campos no estrangeiro. Mas também de desmobilizar militares, realizar eleições e reconstruir escolas, hospitais, centros de saúde, terrenos agrícolas, casas, estradas, vias férreas, portos.

Para ajudar a concretizar estes programas, acorreram a Moçambique cerca de 170 organizações não governamentais, metade das quais com escritório permanente em Moçambique. Provêm dos mais diversos países — praticamente todos os da Europa ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália — e trazem consigo largas centenas de técnicos e funcionários, além de responsáveis e operacionais dos programas específicos das Nações Unidas.

De Portugal, estão envolvidas na reconstrução mais de uma dezena de ONGD (**ver texto "O que se está a fazer"**), bem como outras que colaboram em acções de emergência humanitária.

As organizações portuguesas queixam-se essencialmente da falta de apoio do Estado. Algumas delas, mais antigas (caso do CIDAC ou da Oikos) ou ligadas a outras instituições (Leigos para o Desenvolvimento, relacionados com os padres jesuítas), já sabem movimentar-se noutros âmbitos e recorrem a financiamentos comunitários ou de instituições internacionais que lhes garantem a prossecução dos seus projectos.

Não fora esse apoio, não haveria dinheiro para realizar as acções que as ONGD se propõem, queixam-se estas. Portugal nunca deu tanto dinheiro, responde o secretário de Estado da Cooperação. Em 1992, de acordo com os dados do Instituto para a Cooperação Económica, a verba atribuída pelo Estado àquelas organizações atingiu um total de pouco mais de quatro mil contos — muito reduzida se comparada com os diferentes itens da ajuda pública ao desenvolvimento ou mesmo com os anos anteriores (**ver quadro**).

Aquele foi um ano especial: último ano de guerra, com as conversações de paz a arrastarem-se indefinidamente, houve um menor número de projectos apresentados, ao contrário do que aconteceu com Angola. Em 1993, reflexo do processo de paz já iniciado, a verba poderá atingir, pelo menos, 50 mil contos.

A acrescentar ao factor económico, há o problema do estatuto. As ONGD, ao contrário do que acontece noutros países da Europa comunitária, não têm ainda legislação que as reconheça, concedendo-lhes benefícios jurídicos e fiscais. Na Assembleia da República, está para breve a aprovação de um diploma (**ver PUBLICO 15-01**), mas até lá a situação não terá alteração significativa.

No campo legislativo, houve mesmo um percalço recente: o Governo promulgou um decreto-lei sobre os jovens voluntários para a cooperação cuja utilidade Jeremias Carvalho, da Oikos, e Fátima Proença, do CIDAC, contestam. "É reduzir a cooperação a um conceito de ajuda humanitária", dizem.

O secretário de Estado, Briosa e Gala, defende que não: "O decreto-lei tem objectivos mais restritos: não pretende ser uma lei regulamentadora das actividades das ONG." Ele pretende, antes, "dar alternativas aos jovens, nomeadamente no cumprimento do serviço militar obrigatório, e visa discriminar formas de apoio concretas da parte do Estado a um estrato etário determinado".

Em Moçambique, com mais ou menos apoios, com muitas ou poucas queixas, o trabalho vai-se fazendo. Até porque os projectos de reinstalação das populações assumem também um carácter político: há uma ligação íntima ao processo eleitoral do país. O recenseamento será realizado já próximo do acto eleitoral, de modo a evitar grandes alterações à composição dos cadernos e, sobretudo, a abstenção — o que também permitirá atenuar eventuais "reclamações" pós-eleitorais dos partidos políticos. Mais uma vez, é o exemplo de Angola que não se quer repetir.

Os programas de reinstalação pretendem fixar as populações nas zonas mais produtivas, explica António Freire, chefe de divisão na Direcção-Geral da Cooperação. Mas as regiões mais produtivas são, também, as de maior instabilidade social e política. Pescadinha de rabo na boca? ■

O que se está a fazer

PÚBLICO, 27 1.94

Acção Conjunta — Projecto desenvolvido por três ONGD (Centro para a Cooperação e o Desenvolvimento, CoopÁfrica, Instituto Valle Flor) na região de Maputo, para apoio à reinstalação de 200 mil pessoas. Distribuição alimentar de emergência, reabilitação de postos de saúde e escolas. Acções de educação intensiva de base, formação profissional e agrária, criação de gado bovino e inspecção médica sumária à população. Teve início no último trimestre de 1993 e prolonga-se até meados de 1995. Está orçado em 400 mil contos, financiados pela Comunidade Europeia e pela cooperação portuguesa.

África Solidariedade — Reconstrução e activação de quatro escolas e centros sociais polivalentes em Nampula. Acções de educação básica, alfabetização de adultos para cerca de 100 pessoas, promoção da mulher e assistência social. Iniciado no último trimestre de 1993.

AMI — Uma equipa da AMI (Assistência Médica Internacional) em Monapo, província de Nampula, desde Outubro de 1991, para relançar o hospital local. Projecto humanitário que envolve cerca de dez mil habitantes. Numa zona com 1,5 a dois milhões de habitantes, estimam-se em cerca de 400 mil os casos de tuberculose e em 60 mil os de lepra, com uma incidência de malária, bilharziose e má nutrição em cerca de 80 por cento da população — além de epidemias recentes de cólera e sarampo.

CIC — Entre Outubro e Dezembro, a CIC (Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura) desenvolveu, na ilha de Moçambique, uma missão de urgência para auxílio alimentar e assistência médica. Em Novembro, iniciou projectos de dinamização dos centros de saúde da Matola e de Chingussura.

CIDAC — Num dos distritos moçambicanos mais férteis e com mais avançadas técnicas de produção — Angónia, província de Tete —, o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) desenvolve um projecto de apoio à instalação de cerca de quatro mil famílias que pretende criar raízes para o desenvolvimento, no apoio à recuperação das infra-estruturas de extensão rural e educação de base, a acções de formação em artesanato e ao restabelecimento de circuitos comerciais. O projecto abrange quatro mil hectares de área de cultivo principal para produção agrícola destinada ao autoconsumo e ao mercado e o apoio simultâneo a artesãos. A nível de educação, estão a ser (re)construídas 21 salas de aula. Do orçamento total — 111 mil contos, a preços de 1993 — o Estado português contribui com 13 mil (oito mil para a educação e cinco mil para a agricultura).

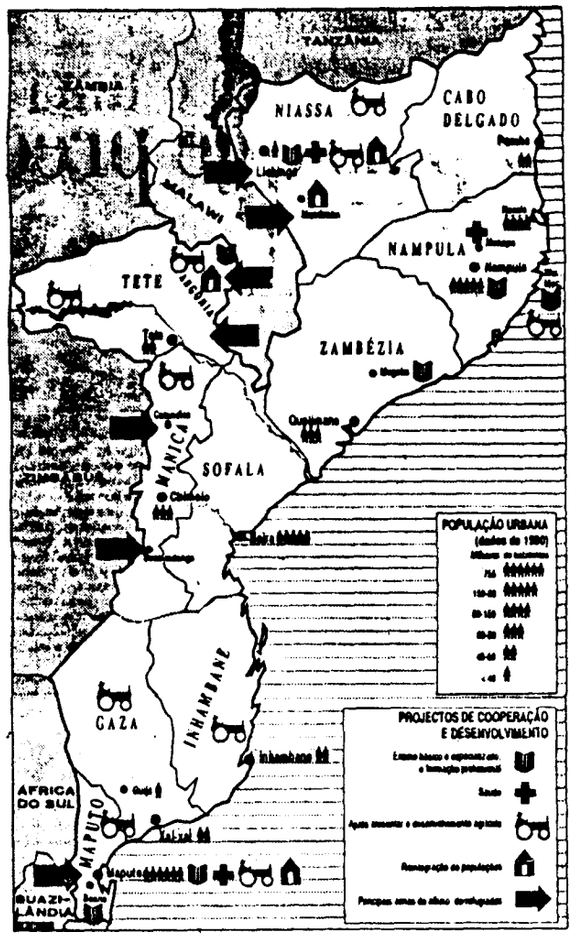
Cruz Vermelha Portuguesa — Foi intermediária, em 1993, de um programa de ajuda humanitária de emergência aos desalojados elaborado pela congénere moçambicana. Foram 20 mil contos para alfaias agrícolas e sementes de milho e de feijão. O projecto abrangeu as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Tete e Niassa, num total de quase 200 mil pessoas.

IED — Relançamento do ensino das artes e ofícios tradicionais, através da reabilitação de uma escola-tipo. A escola seleccionada pelo IED (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento) localiza-se em Mugeba, na Zambézia. O projecto será generalizado a todo o território até Agosto de 1996 e incluirá a reactivação do Centro de Formação da Beira.

ILAC/CT — O ILAC/CT (Instituto Luso-Africano para a Cooperação Científica e Tecnológica) desenvolve, desde Outubro, um programa específico em Maputo, destinado a formar formadores em gestão de escolas do ensino básico e secundário. A longo prazo, o ILAC/CT pretende desenvolver um banco de dados dos títulos de livros disponíveis nas bibliotecas universitárias portuguesas.

Leigos para o Desenvolvimento — Projecto iniciado nos campos de refugiados do Malawi em 1991, a nível do ensino secundário especial, e transplantado para o distrito da Angónia o ano passado. Inclui formação pedagógica e científica de professores, promoção da língua portuguesa, criação e distribuição de material didáctico e pedagógico e reabilitação de centros de ensino. Um segundo projecto de cooperação, no âmbito da formação de professores e apoio ao ensino pré-universitário (reabilitação de seis centros, biblioteca, alfabetização, actividades de tempos livres e promoção da mulher), decorre na diocese de Lichinga. O orçamento, de 6850 contos, não inclui bibliotecas e material didáctico.

Oikos — Os dois projectos mais importantes são em Lichinga e em Mandimba, localidades da província do Niassa. O primeiro é um programa de desenvolvimento comunitário, com um orçamento de 300 mil contos para os dois anos de arranque (1991-93). Abrange cerca de 12 mil pessoas, com distribuição de apoios à comunidade, reconstrução de equipamentos, construção do centro de saúde e da maternidade, formação e constituição de cooperativas de comercialização. O projecto Cutawa Soni ("Ajudar"), em Mandimba, por seu lado, tem como objectivo o apoio à reinstalação de desmobilizados, refugiados e deslocados de guerra, com um custo de 250 mil contos. Começará a ser executado no terreno durante este ano e conta com verbas da cooperação portuguesa que poderão oscilar entre os 20 e os 40 mil contos, apoiando cerca de 18 mil famílias. Além destes dois projectos, os mais importantes, a Oikos desenvolve na ilha de Moçambique o projecto Orreriha ("Reconstruir"), orientado para a formação profissional, e apoia financeiramente outras iniciativas locais.



VIDA — Projecto para instalação e gestão de uma escola do ensino básico em Massaca, província de Maputo, incluindo a formação, em exercício, de seis professores e 360 alunos. Também em Massaca, um segundo projecto da VIDA (Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano) volta-se para a promoção da mulher (alfabetização, higiene infantil, costura e alimentação), abrangendo mais de 200 mulheres e cerca de mil crianças. ■

CHISSANO VEM A LISBOA — O Presidente da República de Moçambique fará uma escala em Lisboa no dia 31 de Janeiro, prevendo-se que se encontre com Mário Soares e com Cavaco Silva. Joaquim Chissano deverá ter chegado ontem à Suíça para participar no Fórum Económico Mundial, em Davos, ocasião em que se encontrará com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. Não há agenda prévia relativa aos encontros com o Presidente da República e com o primeiro-ministro, mas os temas de conversação serão a evolução do processo de paz em Moçambique e a cooperação entre os dois países. No regresso a Moçambique, Chissano permanecerá dois dias em Luanda para, segundo fonte citada pela agência Lusa, participar num encontro com líderes africanos.

PÚBLICO, 27 1.94

Briosa e Gala defende papel de Portugal na cooperação com Moçambique

Comunidade é culpada de alguns atrasos

António Marujo

O SECRETÁRIO de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, atribui algumas culpas de atrasos no lançamento de projectos de desenvolvimento em Moçambique à "morosidade de funcionamento do apoio comunitário". Confrontado com casos concretos como o adiamento do lançamento de um projecto de desenvolvimento agrícola do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) na Angónia, província de Tete (**ver texto ao lado**), Briosa e Gala admite que o programa foi "prejudicado" pela falta, em tempo útil, da verba prometida pela CE.

Em entrevista ao PÚBLICO, o secretário de Estado afirma estar consciente de que protelamentos "significativos na prestação do auxílio não contribuem para a paz", apesar do optimismo com que encara a evolução do processo de paz em Moçambique. A lentidão comunitária, que tem vindo a ser corrigida, "arrasta o processamento" do apoio do Estado português às ONGD (organizações não governamentais para o desenvolvimento).

Apesar da burocracia e dos atrasos europeus, Briosa e Gala defende a sua dama: Portugal detém o "segundo lugar em termos de ajuda pública ao desenvolvimento [APD]" a Moçambique. Em 1992, o valor da ajuda concedida por Portugal a outros países foi de 300 milhões de dólares — o que corresponde a 0,36 por cento do Produto Nacional Bruto, colocando-nos "acima da média dos países mais desenvolvidos da OCDE" e traduzindo um aumento, de 1989 até 1992, de 140 por cento. Dessa verba, 127 milhões foram para Moçambique, que detém o primeiro lugar como receptor de toda a ajuda internacional.

"São números oficiais do CAD [Comité de Ajuda ao Desenvolvimento] da OCDE e que reflectem a natureza específica da nossa cooperação", defende Briosa e Gala. "Há um envolvimento completo dos ministérios", explica, que "é contabilizado em termos de APD." E cita, como exemplo, a construção da linha férrea Nacala-Cuamba, no Norte: a ajuda portuguesa cifra-se já nos 43,3 milhões de dólares e poderá vir a atingir os 80 milhões.

Com estes valores, é de estranhar que não seja publicamente conhecida a importância de Portugal na ajuda a outros países. Há uma explicação, que as ONGD apontam, em tom de crítica: as verbas para a cooperação não constam do Orçamento do Estado (OE). Briosa e Gala defende-se com o modelo "muito descentralizado" da cooperação portuguesa: as verbas estão inscritas no OE, "não estão é discriminadas."

A coordenação da política de cooperação daria "mais visibilidade" à ajuda portuguesa, admite, "mas os próprios ministérios têm dificuldade de prever e identificar verbas específicas". Esse foi mesmo "um dos pontos fracos apontados pelo CAD, no exame que nos fez em Dezembro último, que referia que, em termos de visibilidade política, teríamos toda a vantagem em ter um orçamento global", admite Briosa e Gala.

Vontade de protagonismo excessivo? Houve quem acusasse de tal o responsável pela Cooperação quando do lançamento, há um mês, da campanha AfricAmiga, destinada a recolher fundos para projectos em Angola e Moçambique. "A campanha não é pessoalizada e, muito menos, governamentalizada", defende-se Briosa e Gala. "Foi lançada por mim, mas integrei nos órgãos da campanha as ONG portuguesas mais representativas."

Seja como for, é quase inédito um membro do Governo vir apelar à solidariedade pública. O secretário de Estado diz que apenas quis "alertar a população portuguesa para o dever da solidariedade" e permitir dar mais eficácia a alguns projectos. "A campanha não visa financiar acções do Estado. O objectivo é obter meios financeiros que permitam apoiar projectos específicos das ONG [16 já aprovados] nos domínios da educação e da saúde", responde.

As queixas maiores, fazem-nas as ONGD ao que consideram a falta de verbas disponibilizadas pelo Estado para as actividades dessas organizações. Numa reunião depois dos acordos de paz, Briosa "criou expectativas", que agora não estariam a ser concretizadas, dizem as ONGD.

O governante não aceita a crítica: a ajuda actualmente dada às ONGD "traduz o maior apoio jamais" concedido pelo Estado. Para o processo de reconstrução nacional moçambicano, Portugal destinou 5,3 milhões de dólares — a maior parte dos quais, diz Briosa, se destina a apoiar acções de ONG. Apesar disso, admite ser "natural que as próprias ONG ainda não tenham visto em toda a sua extensão o resto do apoio financeiro". Ele irá sendo concedido também na medida em que existir capacidade de execução. ■

Abuso sexual de crianças discutido em Moçambique

PÚBLICO, 29 1 94

MILITARES ITALIANOS, observadores e pessoal civil da ONU em Moçambique (Onumoz) estão envolvidos em práticas de abuso sexual a crianças na zona centro do país, denunciou Ernst Shade, da organização não governamental (OGN) norueguesa de protecção a crianças Red Barna.

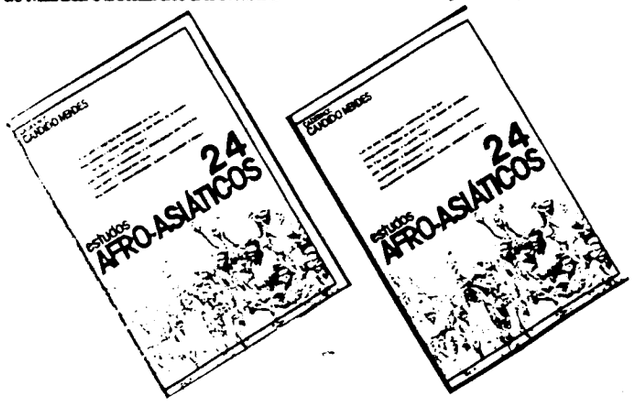
Shade diz que em causa não está o sexo comercial com adultos, mas "os serviços sexuais com menores" entre os 11 e os 14 anos, prestado a estrangeiros na zona central do país.

Um contingente de cerca de um milhar de soldados italianos encontra-se estacionado no chamado "Corredor da Beira", que atravessa as províncias centrais de Manica e Sofala até á fronteira com o Zimbabwe. Esta denúncia já foi entregue à Nações Unidas em Dezembro, mas só ontem foi tornada pública por esta organização de defesa dos direitos das crianças. O Governo italiano reagiu de imediato através do ministro da Defesa que negou as acusações da Red Barna. "Os rumores que tentam implicar os italianos nesta história são completamente gratuitos."

Mas para o o norueguês, o sexo com menores é "um fenómeno geral e não acidental", que é "aceite em público sem qualquer discussão" naquela zona de Moçambique. Desde a chegada dos soldados da ONU, em Maio-Junho do ano passado, foram criados bordéis, existindo um mesmo "ao lado da residência do bispo" de Chimoio, acusa Shade. O bispo tem reclamado, dizendo que chegam, propositadamente, a atirar preservativos para dentro da sua casa. Dada a necessidade da presença dos capacetes azuis, diz Shade, "ninguém que tocar nesta questão". Este comércio sexual, diz o representante da Red Barna, está a afectar o trabalho das ONG em Moçambique que se dedicam às crianças de rua. "Os soldados impedem este trabalho porque utilizam as crianças para obtenção de favores sexuais."

"Os elementos do Red Barna já testemunharam pessoalmente casos como o de uma rapariga que frequentemente visita o Miramar [o hotel], e que acompanha diferentes homens durante a tarde." Cita também um caso em que na festa de despedida de um oficial italiano foi "encomendado" um carro cheio de raparigas menores.

A Onumoz abriu um inquérito e o representante especial das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajello, garante que "em uma semana, ou no máximo duas, estará na posse dos resultados". ■



De Klerk e Mandela no Lesotho

O AINDA Presidente branco da África do Sul e o seu quase certo sucessor negro efectuaram ontem a primeira missão conjunta ao estrangeiro, tentando reforçar uma frágil paz no montanhoso reino do Lesotho. Os Nobel da Paz Frederik de Klerk e Nelson Mandela tiveram conversações em Gaborone, capital do Lesotho, com o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, que tem assumido o papel de mediador numa série de conflitos regionais. Mugabe sugeriu que tropas da África do Sul, Botswana e Zimbabwe sejam enviadas como "força simbólica" para o Lesotho, onde facções do exército têm lutado entre si desde há duas semanas, no meio de reivindicações salariais. O Lesotho é um pequeno Estado cercado completamente pela África do Sul. ■ PÚBLICO, 27.1.94

Quem compra Moçambique por um preço mais baixo?

PÚBLICO, 31.1.94

Nelson Saúte

Moçambique é um país miserável. Não só por causa da quinta-essência da desgraça que se experiencia, mas, sobretudo, porque alimenta uma indigência intelectual sem limites. Somos rurais que acabámos de chegar à cidade conquistada, mas falta-nos a tradição de urbanidade. Por muito esforço que façam os autênticos e generosos espíritos, os intelectuais são uma realidade virtual: ao longe vêem-se lutando por migalhas que garantam a sobrevivência. Do longínquo panorama, adivinham-se os seus umbigos macerados na peste. As excepções servem para reafirmar a regra.

A intelectualidade moçambicana preenche o espaço de um grande equívoco. Espantam-se muitas pessoas bondosas, que não conseguem perceber porque é que, perante os crimes mais ignóbeis de que há memória, os ditos intelectuais sempre se acoitaram nas grutas de um mutismo inexplicável. Porque é que nunca falaram? Porque é que continuam calados?

Depois da independência, a universidade encerrou os cursos na área das ciências sociais e humanas. Fundou-se uma Associação dos Escritores, a partir de uma cúpula sem base para a sustentar. Os jornalistas nunca deixaram de ser os arremedos do regime. Enfim, os intelectuais que se revelariam, todo perderam a fala, outros nem chegaram a gaguejar. Muitos foram corrompidos pelo regime. Outros apodreceram sem merecer o misericordioso apoio dos eleitos. O dramático é os que se revelam insubmissos aos ditames do regime, "grosso modo", ou embarcam no discurso do poder, ou, com medo deste os marginalizar, calam-se na esperança desesperada de que, na festa das benesses, deixem de ser bastardos.

É por isso que nós temos adiado muitos dos debates fundamentais neste tempo de mudança. Moçambique caminha titubeante para as eleições e ninguém discute os problemas que elas implicam. A cooperação é um dos grandes problemas deste país. Nunca se pilhou em Moçambique como hoje acontece, em nome da cooperação e de altos valores da solidariedade. O veneno de muitas organizações não governamentais que operam no país é eficaz. Alguém quis pôr em causa fosse o que fosse? A presença da Onumoz tem consequências gravíssimas a nível social. Para quê falar disso? Não é mais importante ir à interfranca com os dólares esquecidos no leito do soldado que veio salvar a pátria?

Muito recentemente — e ainda há resquícios disso — intentámos um debate no qual tropeçámos em equívocos sistemáticos, próprios de uma sociedade que sobrevive sob uma terrível amnésia cultural, histórica e política. Faltam-nos as discussões sobre o nosso passado, o nosso presente e o nosso futuro. Essas discussões não entusiasmam muitos dos senhores generais, porque desocultariam as misérias que tentam, a custo dos andrajos "made in" Estados Unidos, Europa ou Japão, ocultar. Deixem os senhores roncar nos faustosos palácios, enquanto o povo adia insónias com o coaxar dos seus estômagos!

Enquanto não se constituir um espaço público onde se exerça o efectivo pluralismo, jamais a democracia alcançará as margens deste país do Índico. Continuaremos a ser um país onde um mentecapto qualquer que se embrenhe na mata pode congeminar todas as aspirações. Continuaremos o grande país dos miseráveis indigentes e pedintes; país de mão estendida à caridade. Penso que existem outras premissas para que a democracia vingue em países como Moçambique. Contudo, não deixaremos de ser marionetas rurais com a cara borrada com as ilusões da cidade. Tenho dito até no tom se nota de que faço quezília nisso que os intelectuais têm que se assumir como a consciência crítica do país. É uma perspectiva idílica?

Pelos jornais têm que passar os debates fundamentais na constituição de uma nova forma de estarmos na sociedade. O pior que nos pode acontecer é embarcarmos na nave da amnésia. Julgo que muitos dos mitos que corroboram o discurso oficial, inventados com a cumplicidade dos jornalistas, em particular, e dos intelectuais, em geral, serão desautorizados por uma pluralidade de vozes actuantes num espaço público.

O quotidiano dos moçambicanos é atravessado por profundas contradições, atiçadas pelo silêncio dos intelectuais. O país soçobra. Há escolas, hospitais, casas, estradas, vias férreas, portos, eu sei lá, por construir; há uma reestruturação profunda por fazer a nível da sociedade; mas há, sobretudo, uma vigilância crítica a instituir. Uma sociedade civil viva.

Acredito que o futuro do país passa pela constituição desse espaço de discussão pública liderado pelos intelectuais. Para que se estabeleça uma vigilância sobre os políticos paupérrimos em ideias e riquíssimos em estratégias de roubo e corrupção. Para que não nos afundemos nas discussões perigosas e equívocas dos nacionalismos primários. Para que o passado, o presente e o futuro cheguem às colunas dos jornais, às ondas da rádio e às pantalhas da televisão, sem maniqueísmos que são o apanágio do actual discurso dos senhores da paz.

Quando hoje se discute a guerra colonial em Portugal, não deixa de ser sintomático que em países africanos, como Moçambique, sobre questões tão essenciais à nossa sobrevivência haja silêncio e esquecimento. Para quê falar da guerra que travámos para nos emanciparmos, se dos crimes que a Renamo cometeu entoamos hinos de esquecimento? Como é que se discutirão os crimes incríveis que ainda hoje se praticam, se é preciso roubar tudo com carácter de urgência? Para quê falar? Não é verdade que todos comemos dos sacos destinados aos deslocados? Os donativos para que contas se destinam? Quem perdoa às comissões que selam os acordos que se fazem? Acaso existirão outros acordos melhores? Estamos todos numa boa com as ONG. Estamos quites com a Onumoz. Estamos numa "nice" com isto tudo. Quem compraria este país por um preço mais baixo? O cheque não está está "very well"?

E pensar que há quem se espante com os crimes que quotidianamente acontecem em Moçambique, porque não se ouvem as vozes dos críticos e dos descomprometidos com a desgraça que são todos os pactos que se congeminaram em nome de um futuro que jamais existirá. ■

Formação profissional nos PALOP

EXPRESSO, 29.1.94

O INSTITUTO Luso-Africano para a Cooperação Científica e Tecnológica (ILAC/CT) acaba de levar a cabo uma acção de formação de 30 animadores juvenis. Esse curso, que a nível local é coordenado pela Secretaria de Estado da Juventude e Promoção Social, é uma iniciativa conjunta do ILAC/CT e do Centro Cultural de Viana do Castelo contando ainda com o apoio do Instituto Português da Juventude.

Em Outubro, o Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Portugal, membro da Rede de Ciências Agrárias do ILAC/CT, dera já início naquele país lusófono à formação de bacharéis em Ciências Agroflorestais com a duração de três anos e frequentado por 16 alunos, dois dos quais de S. Tomé e um da Guiné-Bissau. O curso está a ser ministrado por docentes do ISA e por investigadores do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) de Cabo Verde e tem como financiadores o Instituto Português para a Cooperação Económica e um projecto FAO/Itália.

O ILAC/CT é uma instituição privada fundada em 1992, no seguimento das semanas de cooperação organizadas pela Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico. Associou-se entretanto ao ILAC/CT uma rede de 20 instituições universitárias e de investigação, tanto portuguesas como dos países africanos lusófonos, essencialmente em duas áreas: Ciências Agrárias e Educação. Consideradas áreas básicas para qualquer desenvolvimento sustentado, as redes de Ciências Agrárias e de Educação têm permitido racionalizar acções e explorar complementaridades de equipas e instituições, facilitando-lhes ao mesmo tempo a mobilidade.

É assim que está a ser feito o levantamento dos projectos de investigação e experimentação no sector da pecuária realizados em Angola até 1973. Tal acção pretende recuperar um património de conhecimentos ameaçado pelas rupturas do período pós-independência. Em Moçambique estão a ser implementados cursos de formação de formadores em gestão e administração de instituições de ensino básico e secundário, de formação de jovens empresários e a Escola Aberta, que pretende qualificar jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, tendo em vista a reconstrução dos quase 60 por cento de infra-estruturas escolares destruídos pela guerra.

Tendo em atenção os bolseiros africanos a frequentar as universidades portuguesas, o ILAC/CT organizara na primeira quinzena de Agosto o seu primeiro curso de Verão, frequentado por 14 alunos, de entre 73 candidatos.

MANUEL DELGADO

ANC rumo a uma economia social-democrata

PÚBLICO, 29 1 94

QUANDO há quatro anos as autoridades legalizaram o Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela costumava assustar o mundo dos negócios ao falar de planos para se nacionalizar as principais indústrias. Mas acabou por deixar de usar essa palavra.

Agora, a três meses da prevista vitória do ANC nas eleições gerais, o termo nacionalização voltou à baila, surgindo num documento de 61 páginas em que o movimento de Mandela traça a sua política económica.

Houve logo ataques dos partidos rivais, mas uma certa tranquilidade da maior parte do empresariado. "Não vejo razão para alarmes", afirmou Ed Osborne, principal economista do Nedbank, uma das maiores instituições financeiras da África do Sul.

Como para sublinhar esse ponto de vista, o índice de valores da Bolsa de Joanesburgo desceu um pouco quando no início da semana passada partes do programa económico do ANC foram anunciadas, mas recuperou quase tudo daí a alguns dias.

Uma razão para tal tipo de resposta está no facto de os economistas do ANC se terem reunido longamente ao longo dos anos com os empresários e os financeiros, que ajudaram o movimento a afastar-se do seu passado socialista e a encaminhar-se para um futuro no campo da social-democracia.

Do povo, mas pouco

Quanto à nacionalização, o documento apenas diz que é uma das muitas opções políticas que devem ser consideradas. O mais próximo que chega na concretização desse pensamento é no campo mineiro, principal fonte sul-africana de aquisição de divisas. E diz que as minas devem "pertencer ao povo", mas logo nota que isso se pode conseguir por meio de um imposto quanto aos direitos de exploração mineira ou de um sistema de concessões.

Actualmente, os direitos de tal exploração estão nas mãos de privados, mas sujeitos a uma tributação especial.

Entretanto, Mandela especificou num discurso feito durante a última semana que o ANC se afastou da nacionalização.

O âmago do documento de política económica do ANC é um plano de reconstrução social para ir ao encontro de algumas das desigualdades mais prementes que se verificam na distribuição da riqueza na África do Sul, onde os brancos — que são cerca de 13 por cento da população — possuem 86 por cento da terra e 93 por cento dos bens.

O programa de reconstrução estabelece objectivos como a construção de um milhão de novas casas durante os próximos cinco anos, redistribuição de 30 por cento da terra arável e electrificação de dois milhões e meio de fogos.

Quanto à questão de quem vai pagar por isso, o documento considera que nem o fardo tributário geral nem o encargo da dívida externa terão de ser elevados, pois que a maior parte dos novos fundos para o investimento público resultará do fim de serviços governamentais deficientes criados durante os tempos do "apartheid".

O ANC diz que vai considerar um imposto de rendimento sobre a terra, transferências de capital e bens de luxo. Ao mesmo tempo que considera a hipótese de obrigar os fundos da segurança social a investirem em projectos de responsabilidade social. ■

Paul Taylor
Exclusivo PÚBLICO/
/"Washington Post", no Soweto

Eleições: Portugal ajuda África do Sul

EXPRESSO, 29.1.94

DOIS PORTUGUESES vão representar a Comunidade Europeia na preparação das primeiras eleições multirraciais na África do Sul, que se realizam nos próximos dias 27, 28 e 29 de Abril. A directora-geral do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE), Lucinda Almeida, será conselheira eleitoral da CE, juntamente com um irlandês. O segundo representante português será Antas de Campos, actual director do gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa, que vai desempenhar a função de conselheiro de informação.

A campanha eleitoral que o país já vive, na prática, há muitos meses, acaba de arrancar oficialmente e em força com a lista de nomes dos 200 candidatos do ANC de Nelson Mandela.

Portuguesa espiada

Entretanto, a realizadora de televisão Helena Nogueira, de nacionalidade portuguesa, a trabalhar na África do Sul para a televisão estatal sul-africana, SABC, terá sido alvo de espionagem através de câmaras e microfones escondidos, por parte da entidade empregadora. Segundo as televisões nacionais canadiana (CBC) e britânica (BBC), a vigilância ilegal dever-se-ia a suspeitas de que Helena Nogueira utilizaria as facilidades de que beneficiava, por produzir um programa semanal dedicado à comunidade portuguesa, para fazer produções privadas.

"Estrangulador" do Cabo provoca histeria

PÚBLICO, 29 1 94

A POLÍCIA sul-africana desencadeou ontem uma gigantesca operação para capturar o "serial killer" de pelo menos 11 rapazes, na zona mestiça de Mitchell's Plain, a 15 quilómetros da Cidade do Cabo, e o Governo procurava convencer a população em fúria a que não procedesse a nenhum linchamento.

Um porta-voz do Ministério da Lei e da Ordem, Craig Kotze, afirmou que um homem inocente já por pouco escapara à morte às mãos de populares irados.

Cenas de quase histeria verificaram-se naquela zona depois de mais de 150 polícias e soldados haverem desenterrado seis cadáveres, como documenta a foto ao lado, elevando assim a 11 o número encontrado durante a última semana.

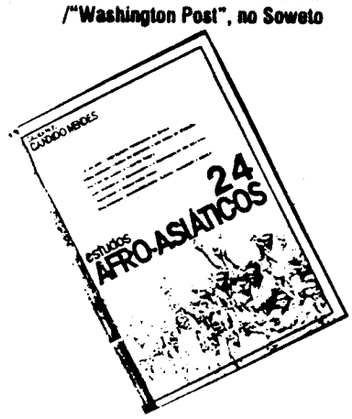
Todos os rapazes mortos tinham 11 ou 12 anos e a polícia afirmou que todos eles haviam sido estrangulados e alguns molestados sexualmente. "É como um filme de horror", disse um polícia.

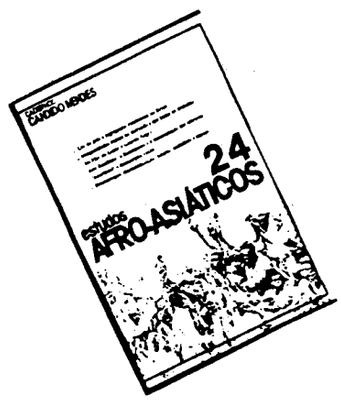
Alguns dos corpos descobertos numa zona de dunas ainda só ali estariam há uma semana, enquanto outros já se encontravam em avançada decomposição. E uma nota encontrada junto de um deles avisava: "Vão aparecer muitos mais."

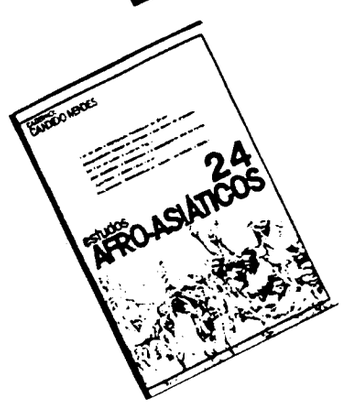
A imprensa sul-africana fala do "Estrangulador da Estação", dado acreditar-se que o psicopata actuava desde 1986 nas estações dos caminhos de ferro de Cape Flats, região habitada por negros e por mestiços.

A polícia suspeita que o assassino tenha sido responsável, além dos 11, por mais nove casos ainda não resolvidos de rapazes assassinados nos últimos oito anos.

O Congresso Pan-Africano (PAC), organização da extrema-esquerda negra, está a encorajar a caça ao responsável por tais actos, mas as autoridades receiam que haja justos a pagar pelo pecador, de modo que estão a lançar alertas contra a justiça popular. ■







África do Sul suspensa do Inkatha

PÚBLICO, 29.1.94

*Jorge Heitor**

O partido zulu Inkatha e a extrema-direita afrikaner efectuam neste fim-de-semana duas reuniões cruciais, a fim de decidirem de uma vez por todas se as garantias de plena democratização dadas pelo Governo e pelo ANC são ou não suficientes para que participem no grande acto eleitoral do fim de Abril, que marcará o fim definitivo do "poder branco". Se persistirem na sua recusa de um jogo cujas regras foram essencialmente definidas por Frederik de Klerk e Nelson Mandela, teme-se que novos rios de sangue corram por um país em plena fase histórica de reconstrução. Até segunda-feira, tudo vai estar, uma vez mais, em suspenso. Mas nem todas as perspectivas são catastróficas. Um jornalista sul-africano expõe as 10 razões que o levam a confiar no sucesso da nova África do Sul multi-racial.

O Presidente De Klerk, à última hora, transferiu de ontem para segunda-feira a assinatura do decreto que confirma a realização das primeiras eleições gerais sul-africanas nos dias 27 a 29 de Abril. E fê-lo a fim de aguardar uma última reunião, nesse dia, com a Aliança da Liberdade, o grupo de irredentistas negros e brancos que não desejam de modo algum um sistema mais ou menos centralizado de governo, tal como sempre foi defendido pelo ANC e a partir de dada altura aceite também pelo Partido Nacional.

Num processo que se apresenta da maior complexidade, De Klerk e o seu sucessor aparente na chefia do Estado, Nelson Mandela, esperam ainda até ao último momento conseguir convencer o partido de base zulu Inkatha, a Frente Popular Afrikaner e o bantustão celebrizado pelo jogo, o Bophutatswana, de que não têm nada a ganhar se acaso persistirem em se manter à margem do curso que a História sul-africana tomou nos últimos anos.

Os outros bantustões a que o regime do "apartheid" dera uma independência que a comunidade internacional não reconheceu, Ciskei, Venda e Transkei, já aceitaram reintegrar-se na África do Sul: e parece que o Bophutatswana não poderá deixar de seguir o mesmo caminho, apesar de ter a subsistência assegurada pelos hotéis, casinos e outras instalações turísticas nele existentes.

Quanto à Frente Popular, que congrega o Partido Conservador, o AWB e outras formações dos afrikaners situados à direita do Partido Nacional, e que é liderada pelo general na reserva Constand Viljoen, vai já hoje combinar em Pretória "estratégias alternativas" para o caso de não se dar por satisfeita com as últimas propostas de compromisso que lhe foram apresentadas. Mas a concentração na capital administrativa do país poderá muito bem ser mais uma forma de pressão para que o ANC transija na vigésima quinta hora e admita, pelo menos em princípio, a teoria de um futuro estado autónomo em que os afrikaners preservassem o essencial da sua cultura, herdada dos velhos holandeses e dos huguenotes franceses.

Entretanto, em Ulundi, capital do Kwazulu, o bantustão dos zulus, na província do Natal, o partido Inkatha — a que as sondagens dão sete por cento dos votos a nível nacional — está hoje e amanhã reunido em conferência extraordinária, a fim de também ele decidir a última atitude a tomar face à Constituição que foi preparada para um período transitório e às eleições que se realizam daqui a três meses.

Buthelezi talvez caia

Ontem à noite especulava-se em Joanesburgo que talvez o príncipe Mangosuthu Buthelezi, primeiro-ministro do Kwazulu e inimigo figadal do ANC, se decida por fim a pedir a demissão de líder do Inkatha, a fim de que este partido assuma uma linha mais dialogante e aceite ir às urnas.

No caso de o embaraçoso Buthelezi se demitir, depois de não haver conseguido atrair ao Inkatha a maior parte da nação zulu, como era aparentemente o seu desejo, a liderança partidária poderia vir a ser assumida pelo actual presidente nacional do grupo, Frank Mdlaloni. E se o Inkatha então acedesse a um compromisso histórico com as duas principais forças do país, que são o ANC e o Partido Nacional, é de admitir que os seus amigos da Frente Popular Afrikaner também o fizessem.

Tudo está pois em jogo na África do Sul, neste fim de Janeiro, dependendo destas melindrosas conferências e conversações que vão decorrer hoje e nos dias seguintes saber se o país terá uma relativa calma ao longo de 1994 ou se prosseguirá numa espiral de violência.

Buthelezi tentou sem êxito, há quatro ou cinco anos, transformar o movimento de índole inicialmente cultural Inkatha num partido de cariz conservador que fosse capaz de travar o ANC e de impedir os "comunistas" de alcançarem o poder. Mas nem as verbas então para ele canalizadas pelas forças do regime cessante foram susceptíveis de fazer o milagre. O Inkatha permaneceu como o partido de apenas alguns zulus, os mais tradicionais, mais arreigados ao legado do antigo rei Shaka, enquanto a maioria desse povo se juntava aos xhosas, sotos, tswanas e ndebeles nas simpatias pelo grupo liderado por Nelson Mandela.

Agora, se recusar ir às urnas, o Inkatha nada mais conseguirá do que aumentar as possibilidades de o ANC, em aliança com o pequeno Partido Comunista, conseguir dois terços dos lugares na Assembleia Nacional e assim fazer do país o que mais desejar, encaminhando-se inclusive para comportamentos ditatoriais, se acaso a moderação de Mandela for suplantada pelo radicalismo de alguns dos seus camaradas.

Perspectivas eleitorais

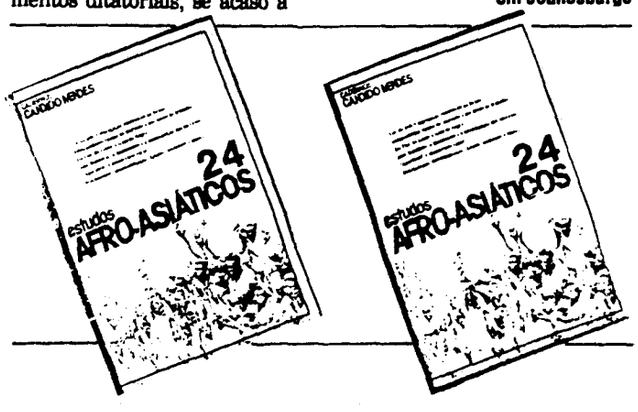
Numas eleições disputadas por todas as partes, as perspectivas são de o ANC obter cerca de 62 por cento dos votos, o Partido Nacional 15 e as forças congregadas na Aliança da Liberdade 13, ficando percentagens residuais para o Congresso Pan-Africano (PAC), da extrema-esquerda, e para o Partido Democrático, dos brancos liberais chefiados por Zach de Beer. Mas se o Inkatha e os seus amigos da direita afrikaner as boicotarem os sequazes de Mandela e de Joe Slovo poderão ir eventualmente até aos 70 por cento, uma marca que se costuma mostrar assustadora em qualquer parte do mundo.

Ontem, enquanto o líder moderado do Congresso Nacional Africano ainda manifestava a esperança de na segunda-feira se conseguir um compromisso com a extrema-direita branca, correligionários seus, menos transigentes, boicotavam a campanha eleitoral do Presidente De Klerk no Transvaal oriental.

Grupos de negros efectuaram a "dança da libertação" e gritaram insultos ao chefe do Estado quando este se encontrava numa campanha de três dias para convencer o povo da região de que o Partido Nacional tanto serve agora a brancos como a cidadãos de outros grupos étnicos.

De Klerk tem vindo a insistir nas últimas semanas, aparentemente sem grande resultado, que o partido que instaurou o "apartheid" já não é mais o mesmo e que nesta altura representa a melhor aposta para o futuro da África do Sul. O esforço será decerto meritório, mas as feridas causadas por longas décadas de segregação racial é que não saram tão depressa quanto ele desejaria. ■

*** com Steven Lang, em Joanesburgo**



Opinião

Allister Sparks, em Joanesburgo*

Dez razões para ter esperança

PÚBLICO, 29 1 94

O ANO de 1994 vai ser o mais significativo da História da África do Sul, o ano que põe um ponto final ao longo período de domínio da minoria branca que teve início com a chegada do colonizador holandês Jan van Riebeeck, em 1652. O fim do poder branco e do apartheid. E o começo de... quê?

Muitos sul-africanos brancos são pessimistas. O sentido da ocasião histórica é suplantado pelas ansiedades individuais. Os cenários catastróficos estão na moda.

Podemos escolher a resposta cínica e dizer que tal visão é a resposta inevitável de uma aristocracia moribunda e que os brancos, ao sentirem que o poder lhes foge, reagem com a amarga convicção de que os mortais inferiores que tomarão o poder estão determinados a estragar tudo. Quase sem excepção, os regimes africanos deram cabo de tudo. E entre aqueles que formarão o novo Governo sul-africano depois das primeiras eleições livres, com o sistema uma-pessoa-um-voto, em 27 de Abril, alguns há que em toda a sua vida têm sido fiéis a uma ideologia espectacularmente falhada. Por isso, essa apreensão tem fundamento.

Contudo, eu continuo optimista, tal como o tenho sido desde que o Presidente Frederick de Klerk fez o seu célebre discurso de Fevereiro de 1990, libertando Nelson Mandela e legalizando o Congresso Nacional Africano (ANC). Assim, apresento aqui dez razões para explicar porque é que penso que a nova África do Sul vai ter sucesso, apesar das muitas ameaças que enfrenta, desde o risco de insurreição dos extremistas brancos até uma taxa de desemprego de 43 por cento.

1. Precisamente por ser o último país africano envolvido no processo de libertação, a África do Sul pode aprender com erros dos outros. A Namíbia já dá sinais de que muitos erros podem ser evitados, e a África do Sul está muito mais bem preparada do que a Namíbia para vencer.
2. A ausência de ressentimento racial por parte da maioria dos negros sul-africanos, de que é exemplo Nelson Mandela após 27 anos de prisão, sugere que o apartheid não deixará um legado de "contra-racismo" e desejo de vingança contra a minoria branca.
3. Brancos e negros sul-africanos podem continuar profundamente divididos, mas partilham um compromisso comum em relação ao país e uma dependência recíproca. Os brancos aprenderam que não podem governar o país sem o consentimento dos negros, enquanto estes últimos sabem que não podem construir um futuro próspero sem os brancos. É esta inevitável reciprocidade de interesses que acaba com o apartheid e torna o não-racismo na única opção viável para ambas as partes.
4. O pragmatismo essencial da liderança do ANC, que deverá garantir políticas moderadas e sensatas, e a sólida credibilidade do movimento entre a maioria da população negra, deverão permitir ao ANC pôr em prática essas políticas, perante a crise de expectativas com que está condenado a defrontar-se.
5. O facto de o ANC ser uma "Igreja aberta" em que coexistem muitos pontos de vista garante que dentro das suas próprias estruturas todos os temas serão largamente debatidos, inculcando assim uma cultura democrática e militando contra tendências autoritárias que possam de qualquer modo emergir uma vez no poder.
6. A cultura de negociação que se constituiu durante quatro anos de duras conversações a todos os níveis da sociedade — desde a convenção multipartidária, que redigiu a nova Constituição, passando por associações desportivas segregadas, que negociaram a unificação, até organizações de empresários e sindicatos, que elaboraram acordos de concertação — significa que os sul-africanos desenvolveram uma nova perícia negocial e uma confiança na resolução dos assuntos mais difíceis à mesa das negociações.
7. A força do país está nas suas instituições civis — desde uma imprensa e uma justiça independentes, até fortes organizações — sindicais, empresariais, profissionais, religiosas, desportivas, estudantis — e uma miríade de associações culturais e cívicas, todas com as suas próprias comunidades e interesses a proteger e que nenhum governo poderá deixar de ter em consideração. Foi a falta desta força institucional que levou a muitas ditaduras unipartidárias em África: o movimento de libertação foi muitas vezes a única instituição consequente que preencheu o vazio da sociedade civil com o seu próprio pessoal.
8. Uma nova Constituição, que, embora vista como imperfeita por alguns puritanos liberais, tem o mérito singular de ser um contrato nascido de um espírito de compromisso entre a maioria dos representantes do povo do país e, portanto, uma carta flexível para um futuro de cooperação.
9. A cooperação será forçada, também, pelo facto de o novo regime ter de utilizar em grande parte a burocracia do antigo. Aspecto positivo é a inexistência de um funcionalismo público do ANC à espera de deitar mão aos empregos.
10. A política negra na África do Sul não está estruturada em linhas tribais como na maior parte do continente africano, onde provocou batalhas tribais para a conquista do poder e ditaduras do partido-tribo dominante. À excepção do chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, do Partido Inkatha, todos os grandes movimentos políticos negros são pan-tribais. Primeiro foi o ANC, constituído em 1912 como "movimento nacional" dos negros para resistir a uma lei que lhes roubava as suas terras. Os seus principais rivais, o Congresso Pan-Africano e a Organização dos Povos da Azânia, são igualmente multiétnicos. Isto quer dizer que os líderes destes três "movimentos de libertação" rivais não podem mobilizar as suas forças de base com apelos tribais, o que lhes alienariam outros apoiantes. De facto, nenhum partido assente em princípios étnicos pode esperar conseguir o poder político na África do Sul, uma vez que aqui não existe um grupo étnico dominante. Qualquer partido que tenha raízes na etnicidade está limitado em si mesmo a um estatuto regional e não pode ter poder a nível nacional. Mesmo o Partido Nacional de De Klerk — a mãe de todos os partidos étnicos, que inventou o apartheid em nome do etno-nacionalismo afrikaner — teve de se converter em multirracial para permanecer no jogo nacional. ■

*** jornalista e escritor sul-africano**
Exclusivo PÚBLICO/"The Washington Post"

O negócio das bolsas... de estudo

EXPRESSO, 29 1.94

EM VÉSPERAS do início do novo ano lectivo, uma das mais conhecidas professoras do antigo liceu Norton de Matos, da ex-Nova Lisboa, hoje Huambo, sofreu um enfarte que a levou à urgência de uma das mais concorridas clínicas privadas de Luanda. Motivo: pela terceira vez consecutiva fora recusada à sua neta mais velha, órfã de pai e mãe, a bolsa de estudo que solicitara para concluir, no estrangeiro, o curso de engenharia civil, suspenso por falta de professores.

Aposentada e com perto de 70 anos, esta professora de muitos dos antigos e actuais dirigentes políticos angolanos, está desesperada: **«Já falei com muitas pessoas amigas que nada fizeram por mim. Como não faço parte de uma certa élite e me recuso a bajulá-la, a minha neta vai ter que arranjar outra maneira de concluir o curso».**

O antigo ministro da Educação Burity da Silva tinha-lhe assegurado que os alunos do último ano de Engenharia Civil poderiam concluir a licenciatura no estrangeiro. Sorte diferente teve um influente dirigente da Sonangol que pôde pagar três mil dólares para convencer um alto responsável do Instituto Nacional das Bolsas de Estudo (INABE) a enviar para Portugal dois sobrinhos que não têm sequer habilitações literárias para se candidatarem a uma bolsa universitária. Têm sorte pessoas como André Fancony, próspero empresário industrial, que, através das suas influências junto ao INABE e no Banco Nacional de Angola), consegue manter em Lisboa três filhos que não mantêm qualquer contacto com Angola há mais de cinco anos.

A professora perdeu definitivamente a esperança quando, após inúmeras correrias para o INABE, esbarrou com um funcionário subalterno que se recusou a cumprir uma disposição do ministro de Educação relativa à ida da sua neta para o Brasil. O que a deixou sem fala foi ouvir de um representante de um organismo

Continua na pág. 11

Eleições adiadas na Guiné

EXPRESSO, 29.1.93

AS PRIMEIRAS eleições pluralistas na Guiné-Bissau, marcadas para 27 de Março próximo, foram adiadas uma vez mais, face ao atraso superior a quatro meses relativamente ao calendário eleitoral inicialmente proposto pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Resolvida que está a questão criada com o «Caso 17 de Março» — a alegada intentona que, afinal, se veio a verificar tratar-se de uma «inventona» do aparelho de segurança do Estado —, com a leitura da sentença no próximo dia 4 e a previsível absolvição de um dos candidatos presidenciais e líder da oposição, João da Costa, a agenda política em Bissau tinha voltado a ser preenchida pela organização das eleições. De acordo com a lei eleitoral, o prazo para a apresentação das candidaturas às eleições legislativas e presidenciais terminou no passado dia 27, e o processo eleitoral — se tudo estivesse a correr segundo os prazos originalmente fixados — teria culminado com a ida às urnas na data marcada pelo Presidente «Nino» Vieira ainda em Julho de 1993.

Quando faltavam menos de dois meses para as eleições, nem o recenseamento tinha começado nem tinham ainda criadas as condições mínimas para instalação das comissões regionais eleitorais.

A posição do Governo a este respeito não deixava de ser significativa. O orçamento para 1994 não contemplava gastos com as eleições, e a ideia dominante é: **«A comunidade internacional quer que realizemos eleições, então que as pague!»**

O primeiro orçamento eleitoral, superior a oito milhões de dólares (cerca de 1,3 milhões de contos), tinha sido liminarmente rejeitado pelos doadores, e o segundo, mais modesto, 5,3 milhões de dólares, aproximou-se do previsto pelas Nações Unidas e viria a ser ratificado no último trimestre de 1993.

«Deste total, contudo, apesar das promessas de libertação do dinheiro e dos anúncios de contribuição, não há ainda dinheiro que chegue para financiar o recenseamento» — diz o presidente da CNE, Alberto Baptista Lopes.

Face a esta situação, e como a lei eleitoral não seria revista para comprimir os já apertados prazos previstos para o recenseamento e apresentação de candidaturas, a data de 27 de Março ficou definitivamente comprometida.

«O problema é que ninguém está interessado em pagar o preço devido quando tiver que anunciar ao eleitorado que as eleições serão uma vez mais adiadas. Enquanto isto, vamos continuando a reunir-nos e a sonhar com as eleições» — reconheceu um importante dirigente da PAIGC, que pediu para não ser identificado.

As eleições não vão resolver nenhum problema básico da Guiné-Bissau. O novo Governo ver-se-á confrontado com os problemas sociais e económicos acumulados durante 20 anos de má gestão e mau aproveitamento das ajudas internacionais de que o país beneficiou e não soube ou quis dar o melhor destino.

Emprego, saúde, educação e obras públicas são áreas de catástrofe, em que mútiplos e descoordenados projectos financiados pela comunidade internacional não permitem a aplicação de uma política coerente de desenvovimento capaz de evitar a contínua degradação das condições de vida.

A desoladora situação económica do país manifesta-se em todas as áreas sociais. Nos hospitais, por exemplo, morre-se por falta de instrumentos e instalações ou devido aos regulares cortes de energia, que afectam intervenções cirúrgicas e o funcionamento das incubadoras e outros equipamentos. Não é, pois, de admirar que os mais afortunados optem por ir a Lisboa tratarem-se. Referenciado como um dos países mais pobres do mundo e apesar do mosaico étnico de que é composta, a Guiné-Bissau é ainda, ao contrário da maior parte dos países do continente africano, um espaço em que os conflitos tribais atingem os guineenses unicamente a partir das imagens que chegam do exterior.

EDUARDO LOBÃO
em Bissau
(serviço LUSA/EXPRESSO)

Continuação da pág. 10

O negócio das bolsas...de estudo

internacional, a quem solicitou ajuda para a obtenção de uma bolsa em Itália, que Angola gasta mensalmente quatro milhões de dólares para sustentar milhares de bolseiros espalhados pelo mundo fora.

Um número com demasiados zeros para fazer sentido para milhares de crianças de Luanda que levam à cabeça a lata vazia que lhes servirá de banco nas suas escolas em ruínas, sem carteiras, portas ou janelas.

A professora sabe que muitos destes bolseiros não regressarão ao país e que muitos dirigentes angolanos têm filhos a fazerem os seus estudos primários em Portugal com bolsas de estudo de 110 contos mensais. O que não consegue sequer imaginar é que o escandaloso comércio das bolsas de estudo contemple também crianças que nem idade têm para frequentar a escola primária em Portugal.

A sua neta, estudante brilhante, vai tentar agora a sua sorte junto de uma instituição internacional. **«Conhecedora dos esquemas em vigor para o pagamento das bolsas, não me quero sujeitar à prostituição como meio de sobrevivência, como acontece com muitas estudantes angolanas no Brasil»**, diz, afirmando conhecer casos de estudantes a fazer o mestrado em Portugal tendo apenas concluído o curso médio e condenando **«a falta de rigor na selecção dos bolseiros»**.

Um alto funcionário do Ministério angolano da Cultura reconhece que **«a febre do 'doutorismo' não assenta na valorização curricular mas na obtenção da transferência bancária, pois há estudantes a especializarem-se em Portugal que nem as aulas frequentam»**.

O «culto do canudo» já fez perder a paciência ao reitor da Universidade de Luanda, Guerra Marques, que reconhece que a instituição que dirige **«não tem capacidade para apoiar qualquer tipo de investigação»**. Com a universidade à beira do colapso e confrontado com a iminência de uma greve dos docentes, cujo salário não ultrapassa os dois mil escudos a preços do mercado livre, Guerra Marques pergunta como foi possível, durante tantos anos, pagar bolsas no estrangeiro a estudantes que nunca saíram de Angola ou a filhos de angolanos não-residentes que não passaram pelas escolas primárias do seu país de origem. E enquanto milhares de estudantes, que não receberam um centavo durante largos meses, padecem as maiores privações em Cuba, Brasil, Bulgária ou Portugal, indivíduos de nome ilustre levantam no INABE **«transferências anuais de 5 mil contos portugueses»**.

Guerra Marques — que já travou uma ofensiva de alguns deputados que pretendiam obter uma inscrição directa, sem exame de avaliação — promete que vai **«abrir o livro»**, pretendendo revogar o despacho que garante o acesso automático à universidade aos filhos de diplomatas angolanos no estrangeiro.

A professora não se dá por vencida, está decidida a recorrer ao Parlamento para acabar com um sistema que mantém em Portugal **«estudantes que em cinco anos não conseguiram completar o primeiro ano de curso»** e quer obter **«a extinção do INABE e a restauração do rigor académico na atribuição das bolsas»**.

GUSTAVO COSTA
correspondente em
Luanda

Fronteiras do pânico na África do Sul

EXPRESSO, 29.1 94

DAVID BERESFORD
correspondente em Joanesburgo

A ÁFRICA do Sul parece ter entrado esta semana na «zona de pânico» da fase de passagem ao regime de maioria, ao ser dado o sinal de partida para uma campanha eleitoral que, segundo tudo leva a crer, será muito disputada.

O anúncio formal de que a votação se processará ao longo de três dias, em fins de Abril, coincidiu com os rumores sobre grandes fugas de capital para fora do país, reflectindo uma diminuição da confiança dos brancos no futuro do país sob o domínio do ANC.

O governador do Banco de Reservas, Chris Stals, revelou que, apesar dos rigorosos controlos sobre os câmbios de moeda, as fugas de capital atingiram níveis nunca vistos, duplicando na segunda metade do ano passado e chegando aos 10,6 biliões de randa (cerca de 51 milhões de contos).

A crise de confiança deverá piorar com a aproximação do dia 27 de Abril e com o recurso a tácticas intimidatórias por parte dos partidos concorrentes, particularmente o Partido Nacional (PN) actualmente no Governo, que assim tenta salvar-se do apagamento nas urnas.

Já esta semana se viram sinais do tipo de polémica que poderá marcar a campanha eleitoral e a corrida desenfreada entre o ANC e o Governo, desencadeada pelo primeiro ao anunciar os nomes dos seus 200 candidatos ao novo parlamento nacional.

Tácticas intimidatórias

O PN afirmou que o topo da lista — com eleição garantida devido à adopção do sistema de representação proporcional — era dominado por membros do Partido Comunista da África do Sul (PCAS). O PCAS respondeu que só 16 dos primeiros 50 nomes eram comunistas. O PN reagiu, acusando-os de mentir ao eleitorado e divulgando o nome de 27 pessoas da lista que, segundo afirmou, eram comunistas «até há pouco tempo».

Há muito que se sabia que as acusações de manipulação do ANC pelos comunistas — e do seu suposto desejo de estabelecer um Estado socialista de partido único — constituiriam parte importante da campanha eleitoral do PN. Mas há de facto poucas provas a corroborar a acusação. Embora o Partido Comunista disponha de apoio generalizado entre a juventude negra devido à sua imagem radical, não parece ser igualmente popular entre os dirigentes negros, mesmo nas fileiras do movimento.

A explicação para a discrepância entre o número de comunistas adiantados pelo PCAS e pelo PN parece dever-se às demissões em massa que se verificaram no partido. Quando o ANC e o PCAS foram legalizados em 1990, este decidiu pôr termo ao secretismo sobre os seus filiados. Mas antes de revelar quem eram, convidou os membros que não desejassem ser publicamente identificados como comunistas a apresentarem a demissão, com a garantia de que a sua anterior filiação nunca seria revelada. Todos ficaram espantados quando quase metade dos 29 membros do comité central aceitaram o convite. Pensa-se que o mais destacado de entre eles terá sido Thabo Mbeki, actual secretário-geral do ANC. Mbeki é um dos favoritos à sucessão de Nelson Mandela, o que o torna um forte candidato à presidência da África do Sul.

As tácticas intimidatórias há muito que são utilizadas pelos nacionalistas para manipular o eleitorado branco — já desde 1948, quando chegaram ao poder com a sua campanha contra o «swart gewaar» [perigo negro]. Mas as circunstâncias são agora particularmente propícias a uma estratégia desse tipo, pois existem razões legítimas de preocupação sobre a capacidade do ANC para governar o país.

Votar pela liberdade

A confiança empresarial, nomeadamente, ficou abalada pelo teor utópico das políticas reformadoras apresentadas ao eleitorado pelo movimento de libertação. Nelas se incluem um programa de redistribuição de terras que visa a transferência de 30 por cento da terra arável para os negros nos próximos cinco anos — uma meta dificilmente atingível sem expropriações em larga escala. Os planos apresentados para um serviço nacional de saúde envolvendo a retirada de subsídios estatais e de benefícios fiscais ao sector privado e o controlo apertado da indústria farmacêutica poderiam desencadear uma febre migratória entre os médicos. Na vertente económica, o ANC continua a insistir no populismo, propondo a «democratização» da indústria mineira, nacionalizações «estratégicas» e impostos sobre a riqueza.

Não é provável que estes pontos tenham grande impacto nos votos a obter pelo ANC — a grande maioria do eleitorado irá votar simplesmente pela «liberdade», e não por complexas posições políticas. Mas se o pânico se instalar de facto entre os brancos e os empresários em consequência da campanha eleitoral, poderá vir a colocar-se a seguinte questão: que herança dos seus antigos «senhores» estará ainda reservada à África do Sul?.

Um ANC à americana

PÚBLICO, 30.1 94

O LANÇAMENTO do manifesto do Congresso Nacional Africano (ANC) marcou ontem, numa campanha "à americana", o início de três dias que vão ser cruciais para o futuro da África do Sul, pois que até amanhã à noite se deverá saber se os extremistas brancos e negros persistem ou não na sua recusa de ir às urnas.

Foi numa viagem especial de comboio entre Joanesburgo e o Soweto, a uma dúzia de quilómetros, que o presidente do ANC, Nelson Mandela, apresentou o manifesto com as prioridades do seu movimento, que deseja "uma vida melhor para todos". O que inclui "instrução e postos de trabalho para os, pelo menos, 2,5 milhões de negros atirados para a miséria pelo apartheid".

Por seu turno, milhares de zulus, reunidos em Ulundi, no Kwazulu, para uma conferência extraordinária, e a extrema-direita branca, concentrada em Pretória, devem decidir até amanhã se são ou não suficientes os sinais de abertura dados até agora pelo governo e pelo ANC, no sentido de as minorias não se sentirem desprezadas no novo alinhamento constitucional sul-africano. No discurso de abertura, o líder do Partido Inkatha, de maioria zulu, Mangosuthu Buthelezi, pediu um boicote das eleições marcadas para 27 a 29 de Abril, considerando que é tempo de entrar "em resistência política" aos entendimentos feitos entre o Presidente De Klerk e Mandela.

Buthelezi, que tem no Inkatha quem deseje participar no acto eleitoral, afirmou que "nenhuma força estrangeira imporá a sua lei" no Kwazulu, como se tivesse voltado 170 anos atrás e os zulus ainda fossem hoje um povo guerreiro inteiramente livre e capaz de resistir às demais populações da Africa Austral.

"Não obteremos nada do ANC ou do governo porque eles não nos querem nas eleições", desabafou entretanto um colaborador de Buthelezi, segundo o qual nada há a esperar das negociações de última hora previstas para amanhã em Pretória.

Foi precisamente na capital que os militantes neonazis de Eugene Terre'Blanche apuparam ontem um dirigente da Frente Popular Afrikaner, o general Constand Viljoen, que tentava persuadir cerca de dez mil brancos dos mais conservadores a participar nas eleições.

A voz de Viljoen foi abafada pelos gritos de "Terre'Blanche", nome do líder do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), de que uma das palavras de ordem é "se quereis a paz, preparai a guerra".

"Não estamos dispostos a participar nas eleições com o ANC e os comunistas", declarou o chefe dos neonazis, ramo mais intransigente da Frente Popular.

Os dez mil brancos ontem concentrados em Pretória decidiram criar uma assembleia de transição que faça frente ao Conselho Executivo Transitório que está a fiscalizar os actos do governo até que se apure o resultado das eleições de Abril. E prepararam-se para eleger um "presidente" para o território autónomo branco que desejam fundar, mas que não é aceite pelos principais partidos da Africa do Sul. ■

Inkatha continua renitente

PÚBLICO, 31 1.94

O PARTIDO Inkatha da Liberdade (IFP), de base zulu, reafirmou ontem que tenciona boicotar as eleições gerais sul-africanas de 27 a 29 de Abril se a Constituição provisória do país não for alterada.

O líder do partido, Mangosuthu Buthelezi, afirmou que o Inkatha não vai ser empurrado para a aceitação de um texto constitucional que já rejeitou, pelo que só será possível um compromisso se o mesmo ainda for alterado.

Os delegados a um congresso especial encarregaram a Comissão Central do grupo de tomar uma decisão final depois das conversações a efectuar hoje com o governo e o ANC.

A Aliança da Liberdade, que junta o Inkatha e o governo do Bophutatswana aos brancos mais conservadores, recusa a Constituição provisória elaborada no ano passado pelo Partido Nacional de Frederik de Klerk, pelo movimento de Mandela e por outras forças.

A base da rejeição é o facto de o texto fundamental não dar suficientes poderes de autodeterminação aos diferentes grupos étnicos, nem prever regiões especiais para eles, designadamente para os afrikaners e para os zulus.

Luta pelo federalismo

"A Constituição não é suficientemente federal", considerou Buthelezi em conferência de imprensa dada ontem em Ulundi, a capital do Kwazulu, bantustão que deixará de ter existência legal de acordo com as novas leis do país.

A Aliança da Liberdade pretende que as diferentes regiões ou províncias da África do Sul tenham o direito de elaborar e rever as suas próprias constituições e de exercer autonomia fiscal, devendo haver listas separadas para escolher a Assembleia Nacional e as assembleias regionais.

Buthelezi contou que o Presidente De Klerk lhe telefonou ontem, para se congratular com o facto de o Inkatha ainda haver deixado a porta aberta a novas negociações.

"Pareceu-me um homem preocupado e prometeu apoiar o nosso ponto de vista quanto a algumas das exigências, incluindo a de eleições com duas listas", acrescentou aquele príncipe zulu.

Numa tentativa de atrair a Aliança ao processo democrático, o governo e o ANC já aceitaram a hipótese de fortes poderes regionais em assuntos como o policiamento e a tributação. Resta agora ver se durante as próximas horas ainda serão capazes de transigir em mais algum ponto.

Enquanto isto, Mandela incitou os seus sequazes a permitirem que o Presidente da República e o Partido Nacional possam fazer campanha eleitoral nas regiões essencialmente habitadas por negros, que representam cerca de três quartos de toda a população sul-africana.

"Não quero que esse partido, quando perder as eleições, que venha dizer que foi incapaz de apresentar as suas posições à população por causa das actividades do ANC", disse Nelson Mandela a perto de 6.000 pessoas concentradas em Rustenburg, na província do Transvaal. ■

Robert Mugabe vira-se para ANC

PÚBLICO, 31.1.94

A CIMEIRA efectuada a semana passada em Gaberone, capital do Botswana, entre o Presidente local, Ket Masire, e os do Zimbabwe, da África do Sul e do ANC, marcou o fim de um tumultuoso capítulo da história regional, durante o qual Robert Mugabe esteve de costas voltadas para Pretória.

O Presidente zimbabweano está agora empenhado num delicado processo para se aproximar do seu grande vizinho meridional e conseguir assim um novo equilíbrio do poder na África Austral.

De inimigo mortal do governo de Pretória e de partidário do Congresso Pan-Africano (PAC), que preferia ao Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, o homem que há perto de 14 anos dirige o Zimbabwe pretende agora transformar-se em aliado fiel das novas autoridades sul-africanas, após as eleições gerais de Abril.

Em quase todas as instâncias internacionais, Mugabe pedia o isolamento da África do Sul, mas o seu país dependia dela para comerciar e sobreviver; de modo que a situação se ia tornando insustentável, pelo que é com um suspiro de alívio que vê aproximar-se o Governo de Unidade Nacional, mesmo sentindo-se mais próximo das teses do PAC do que das do ANC.

As ideias do Presidente do Zimbabwe, tal como as do partido que governa o Lesoto e as do Presidente da Tanzânia, Ali Hassan Mwini, foram influenciadas pelo pensamento de Kwame Nkrumah, primeiro líder do Ghana e patriarca do pan-africanismo. Mas nos últimos meses veio a mudar um pouco, talvez por ter chegado à conclusão de que o radicalismo do PAC não levaria a lado nenhum.

Num editorial do "Herald", órgão oficioso do governo de Harare, foi posta a questão de se ter andado a apostar no cavalo errado. No início do ano a Tanzânia cortou certos privilégios do PAC, que usava Dar-es-Salaam como quartel-general da sua ala armada, o Exército de Libertação do Povo da Azânia. E dias mais tarde as autoridades zimbabweanas tomaram a mesma medida, depois do que o presidente daquele partido, Clarence Makwethu, anunciou o fim da luta armada.

Na cimeira de Gaberone, convocada para discutir a crise no Lesoto, o Presidente Robert Gabriel Mugabe mostrava-se inclinado a atender o pedido do primeiro-ministro de tal reino, Ntsu Mokhele, no sentido de enviar para ali uma força de intervenção, que impedisse um possível golpe de Estado. Mas Mandela, que estava presente, rejeitou a ideia e responsabilizou Mokhele pela agitação nos quartéis, dizendo que se deveria ter esforçado mais por integrar no Exército a ala armada do partido agora no poder. Essa posição foi aceite e de ora em diante o ANC poderá vir a dar cartas em toda a África Austral. ■

Steven Lang, em Joanesburgo.

MANDELA ACEITA DISCUTIR UMA PÁTRIA "BOER" — O Presidente do ANC, Nelson Mandela, que se prevê venha a ser dentro de meses o Chefe de Estado sul-africano, declarou ontem que o seu movimento propôs já aos afrikaners que votem por um território próprio aquando das eleições gerais que se efectuam de 27 a 29 de Abril (ver pág. 9). Depois de ter conferenciado com a Frente Popular Afrikaner, conjunto de partidos brancos de índole muito conservadora, o ANC propôs-lhes que efectuassem uma votação paralela com a escolha da Assembleia Nacional; e que depois, conforme o resultado, o assunto de uma região só para "boers" seria debatido após a formação de um Governo de Unidade Nacional. Por outro lado, Mandela avisou os seus partidários de que não devem aguardar durante os próximos dois anos grande melhoria do seu nível de vida: "Por favor tenham paciência. Não pensem que vão todos andar de Mercedes."

PÚBLICO, 31.1.94

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155 – Assinatura anual:** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *Instituições nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*

África do Sul em período histórico

O Lesoto poderá vir a ser absorvido

PÚBLICO, 26.1.94

AS ACTUAIS convulsões no Lesoto poderão muito bem vir a ser um dos passos para que, a médio prazo, aquele reino montanhoso de 30.300 quilómetros quadrados venha ser incorporado na República da África do Sul, tal como na primeira metade deste século Londres chegou a prometer a Pretória.

O governo do pequeno país efectuou ontem uma sessão de emergência durante uma trégua na luta que desde há mais de oito dias se trava entre grupos militares rivais; e estudou a hipótese a pedir a intervenção militar sul-africana, pois que parecia estar a perder o controlo da situação.

O primeiro-ministro Ntsu Mokhehle, líder do Partido do Congresso, é um homem doente de 75 anos e dificilmente poderá continuar por muito mais tempo a ocupar o cargo para que foi eleito o ano passado; de modo que permanece a instabilidade que muitas vezes ali se tem feito sentir durante a última década.

No entanto, a África do Sul faz-se rogada e observa que a comunidade internacional é que deverá ter a primeira oportunidade de tentar resolver a crise no Lesoto, antes de serem os próprios sul-africanos a intervir.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, o homem que em todo o mundo há mais tempo exerce semelhante cargo, explicou que Pretória não deverá tomar nenhuma posição sem que o caso seja levado ao Conselho Executivo Transitório, entidade que nesta altura fiscaliza as actuações do governo de Frederik de Klerk.

A África do Sul é um país em fase de transição e tal como tenciona acabar com a independência dos bantustões a quem a havia concedido, como o Transkei e o Venda, também é muito possível que a médio prazo tenha de encarar a hipótese de absorver o Lesoto, que dela tanto depende em diferentes campos.

A Grã-Bretanha só não cumpriu a sua promessa de entregar a antiga Basutolândia à União Sul-Africana porque em 1961 esta rompeu todos os laços com Londres e a Commonwealth. Mas agora que o apartheid desaparece já não há razão muito forte para que o povo soto tenha mais direito a um reino independente do que o povo zulu, numericamente superior

A agitação no Lesoto coincide com as últimas conversações que o governo da África do Sul e o ANC estão a efectuar esta semana com os grupos da direita congregados na Aliança da Liberdade, para ainda os tentarem convencer de que devem ir às eleições gerais marcadas para 27 de Abril.

O ANC, que as sondagens admitem venha a ser o vencedor das eleições, com mais de 60 por cento dos votos, está a fazer tudo por tudo para atender as exigências da direita afrikaner quanto a um certo grau de autonomia. Mas esta só se conforma se também forem contemplados os interesses dos seus aliados zulus inscritos no Partido Inkatha.

Enquanto se espera hoje a última palavra sobre se o compromisso foi ou não possível, a Frente Popular Afrikaner, que com o Inkatha constitui a Aliança da Liberdade, afirmou já que no dia 29 deste mês instala em Pretória a sua própria autoridade de transição, primeiro passo para a proclamação da autonomia dos brancos de origem holandesa e francesa.

Se acaso os brancos moderados actualmente no governo e os homens do ANC que com eles têm conseguido negociar a maior parte das estruturas para a África do Sul pós-apartheid conseguirem agora um dificílimo compromisso com a extrema-direita afrikaner e com o Inkatha, talvez também não venha a ser impossível dentro de alguns anos englobar o Lesoto no território sul-africano.

No vasto território de 40 milhões de habitantes compreendido entre as fronteiras meridionais da Namíbia e as de Moçambique tudo está agora a ser redefinido, num maravilhoso final de século que deverá dar origem ao mais rico e harmonioso dos países africanos. A terra que então bem se poderá chamar da Boa Esperança, talvez com mais propriedade do que há 500 anos. ■ **Jorge Heitor**

Trégua em Maseru e frustração em Joanesburgo

PÚBLICO, 29.1.94

AS FACÇÕES rivais do exército do Lesoto concordaram ontem, "em princípio, com a deposição das armas", formulação anunciada pelo primeiro-ministro Ntsu Mokhele que não deixa ninguém tranquilo nem em Maseru, a capital, nem na vizinha África do Sul.

A trégua, se assim pode chamar-se ao acordo conseguido pelo enviado especial da Organização de Unidade Africana, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Botswana, Elijah Legwaila, não antecedeu no entanto qualquer entendimento definitivo sobre as questões de fundo, segundo reconheceu o próprio chefe do Governo.

Cinco soldados e três civis, segundo o último balanço, morreram desde a eclosão, há dez dias, de recontros entre duas facções das forças armadas do Lesoto, um pequeno estado de 1,7 milhões de habitantes encravado na região oriental da África do Sul.

A trégua, que aliás vinha sendo materialmente observada, uma vez que nenhum tiro foi ouvido ontem de madrugada em Maseru, à semelhança da noite anterior, apesar de as facções rivais continuarem de armas aperradas nas principais colinas da cidade, deve ser agora aproveitada para negociações entre as duas partes.

Em conferência de imprensa, um porta-voz governamental, Seeiso Serutla, disse que as duas facções concordaram em nomear representantes para uma reunião com o Governo, marcada para ontem à noite, em Maseru, e que deverá durar vários dias.

Serutla negou a existência de "rebeldes" entre as forças de defesa do Lesoto, explicando sucintamente que a revolta de alguns soldados teve apenas a ver com a exigência de aumentos salariais de cem por cento e recusando admitir a ocorrência de outros motivos.

Impasse nas negociações

Entretanto, as negociações iniciadas segunda-feira entre o Governo sul-africano, o Congresso Nacional Africano (ANC) e a Aliança da Liberdade (conservadora) para conseguir uma plataforma de entendimento em relação ao processo de democratização do país caminhavam ontem à tarde para um malogro. Nem o principal negociador governamental, Roelf Meyer, nem o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, manifestaram qualquer optimismo.

Ontem — dia em que o Conselho Executivo de Transição confirmou as dias 27 a 29 de Abril como a data definitiva das primeiras eleições multipartidárias da África do Sul — era a data limite para a obtenção de um acordo sobre eventuais emendas à Constituição que poderá ser promulgada a partir de hoje, uma vez que tem de o ser entre 90 a 60 dias antes do acto eleitoral. Após a promulgação do diploma, nenhuma alteração poderá ser-lhe introduzida.

O principal ponto de fricção permanecia, segundo declarou Meyer à agência sul-africana SAPA, a reivindicação da Aliança da Liberdade (partido zulu Inkatha, bantustão "independente" do Bophusthatswana e a Frente do Povo Afrikaner, a extrema-direita branca) de um alargamento dos poderes das futuras regiões e da possibilidade de alterar neste sentido a Constituição.

O negociador governamental admitiu no entanto que a discussão deste ponto — a exigência da extrema-direita branca de um estado branco e dos zulus sobre a sua autodeterminação — prossiga nos próximos dias, uma vez que um acordo sobre o problema não acarreta necessariamente uma alteração no diploma. "O que dispomos actualmente na Constituição é a melhor solução", disse Roelf Meyer citado pela APF. ■

I M P R E S S O